

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS FEMINISTAS NA FRANÇA

Os estudos feministas têm uma história

Os estudos feministas têm uma história, no plano institucional como no nível dos temas de pesquisa e ensino. Se tomarmos como exemplo a Universidade Paris VII, vemos os contornos das etapas diferenciadas do desenvolvimento dos estudos feministas na universidade. Primeiramente os anos 70, em que aparecem, com o impulso do movimento das mulheres, tanto os primeiros cursos universitários quanto os primeiros grupos de pesquisa. Na Universidade Paris VII, criam-se matérias em História, Literatura, Civilização Anglo-americana, Sociologia. O GEF, Grupo de Estudos Feministas, funciona como lugar de junção entre militância e pesquisas universitárias.

A chegada à esquerda nos anos 80 vai permitir uma institucionalização dos estudos feministas, facilitando as negociações com o poder. As feministas em primeiro lugar utilizam a visibilidade das pesquisas feministas, negociando com o CNRS: é o colóquio de Toulouse, que manifesta a riqueza dessas pesquisas¹. Em sua esteira será criada a ATP², que pela primeira vez permitirá financiar oficialmente um grande número de pesquisas feministas.

Do lado da universidade, as reivindicações feministas quando à criação de disciplinas Estudos Feministas vêm a ter resultado graças à assinatura de um convênio entre o Ministério dos Direitos da Mulher e o Ministério da Educação Nacional. Há a criação de três vagas de professor de Estudos Feministas, respectivamente em História em Toulouse, em Direito em Rennes e em Sociologia em Paris VII.

Esse reconhecimento acadêmico de uma nova orientação de pesquisa modifica o estatuto dos estudos feministas na universidade. A

¹ Femmes, Féminisme et Recherche. *Actes du Colloque de Toulouse*. AFFER (s. l.), 1984.

² Os trabalhos da ATP Pesquisas sobre as Mulheres e Pesquisas Feministas estão apresentados em dois anuários publicados pelo CNRS

criação do CEDREF - Centro de Documentação, Pesquisa e Ensino para os Estudos Feministas - a partir da disciplina Estudos Feministas concretiza esse avanço: dessa vez esse grupo de pesquisa - um grupo de cerca de 20 docentes e pesquisadoras que trabalham na universidade -, está fundado em uma base institucional. O CEDREF é reconhecido e financiado como equipe de pesquisa universitária. Essa evolução virá a permitir, em 1989, a criação de um diploma em Estudos Feministas, o DEA (Diploma de Estudos Aprofundados, em nível de pós-graduação) Sexos e Sociedades, criado em colaboração com o GEDISST. Os estudos feministas, que existiam apenas sob a forma de seminários ou de disciplinas optativas integradas nos currículos universitários disciplinares, agora conferem um diploma original que sanciona um curso autônomo.

Quanto aos temas de pesquisa, também, os estudos feministas têm uma história, como analisa Michelle Perrot para a História das Mulheres³, história essa cujo fio ela desenrola: da infelicidade feminina às mulheres ativas e rebeldes, da história do corpo das mulheres à noção de sexo social, ao conceito de *gender* desenvolvido no mundo anglo-saxão. As feministas, depois de conduzirem as pesquisas sobre as mulheres a partir de sua revolta, procuraram elaborar teorias que permitissem dar conta dessa relação de dominação. Passou-se então do estudo das mulheres ao da diferença entre os sexos ou das relações sociais de sexo, pondo em evidência o fato de que os homens também constituem uma categoria sexuada⁴. Essa evolução, que permite ampliar o campo dos estudos feministas, apresenta ao mesmo tempo o risco de diluí-lo em análises em que as mulheres, enquanto grupo social dominado, desapareçam como assunto central.

Estudos feministas ou estudos femininos?

Um primeiro ponto merece ser frisado: a hesitação sobre o nome a dar. As primeiras disciplinas criadas foram intituladas Estudos Feministas, as seguintes Estudos Femininos, e as últimas História das Mulheres.

Essa vaguidão corresponde, por um lado, à diversidade das orientações de pesquisa interna aos estudos feministas. Assim, na Universidade de Paris VIII, existe já há um certo número de anos um DEA Estudos Femininos, dirigido por H. Cixous. Os estudos femininos, conduzidos geralmente por mulheres que trabalham em Literatura, Filosofia ou Psicanálise, estão mais centrados na problemática da diferença entre os sexos, enfatizando a revelação, o reconhecimento da diferença sexual. Os estudos feministas, desenvolvidos com mais frequência pelas docentes de ciências sociais e humanas, estudam as relações sociais de sexo, a construção social e histórica

³ PERROT, Michelle. *Une Histoire des Femmes Est-elle Possible?* Rivages, 1984.

⁴ MATHIEU, N - C. Notes pour une Définition Sociologique des Catégories de Sexe. *L'Anatomie Politique*, Côté-femmes, 1991.

da diferença. A divergência, evidentemente, não é só de natureza disciplinar, mas igualmente política. Trata-se de orientações específicas. Assim, na Universidade Paris VII, é o conjunto do CEDREF, inclusive a área de Literatura, que, com um larguíssimo leque de pesquisas científicas, se combina globalmente para trabalhar na produção social do gênero.

É preciso constatar, no entanto, que a vaguidão das nomeações não corresponde a uma compreensão das divisões e debates internos por parte das instâncias universitárias, mas antes, sim, a uma forma de negação da radicalidade da crítica feminista. Essa possibilidade de um leque de direções científicas diversas, evidentemente, não é entendida pelo Ministério, que nos incita a unificar o conjunto dos estudos sobre as mulheres. Mas, para nos integrarmos mais facilmente ao panorama científico, perdemos a força heurística ligada à reversão das perspectivas graças à crítica militante.

A dupla vinculação: isolacionismo ou integração

Desde o início, colocou-se o problema de saber se os estudos feministas, sendo por princípio pluridisciplinares, tinham vocação para ficar autônomos ou deviam permanecer, na medida do possível, integrados nos campos disciplinares. O problema é saber se a capacidade dos estudos feministas de influir no conjunto do campo científico por um lado, de se desenvolver enquanto tais por outro, repousava na autonomia ou na confrontação. Provavelmente não há apenas uma resposta certa.

Uma primeira resposta foi de ordem institucional: a criação dos cursos de Estudos Feministas foi concebida como uma especialização de pesquisa dentro de uma disciplina, sendo uma das razões essenciais para isso a dificuldade, do ponto de vista administrativo, de cursos de professores que não estivessem ligados a um setor disciplinar já reconhecido. Devo dizer que no caso a opção do Ministério correspondeu ao desejo da maioria das colegas que estavam nessa situação em Paris VII. Realmente, o CEDREF se constituiu como equipe autônoma de pesquisa, mas cujos membros estão dotados de uma dupla vinculação institucional: cada docente do CEDREF permanece administrativamente, e eu diria cientificamente, ligada a sua unidade de pesquisa e ensino de formação. A ligação com o CEDREF então é considerada por cada uma como se referindo apenas a um aspecto, uma dimensão de suas atividades. Existe o seguinte fato no campo universitário francês: o feminismo, embora reivindicado por um número bastante elevado de mulheres como dimensão de existência delas, inclusive profissional, é recusado a partir do momento em que apresenta o risco de aparecer como um rótulo, um limite ao reconhecimento no campo científico: a pessoa há de se considerar em primeiro lugar como historiadora do século XIX ou como socióloga política, a dimensão feminista das pesquisas se integrando como segunda dimensão. Há, efetivamente, tendência a uma hierarquização dos campos de pesquisa, sendo aquilo que aparece como mais geral, portanto mais fundamental, dependente do universal, enquanto que falar de mulheres

ou de relações entre os sexos seria da ordem do específico: a dimensão sexuada da existência social não passa de um aspecto particular desta.

As intelectuais francesas reivindicam a dupla vinculação: reconhecimento nos campos do saber na universidade, intervenção mais ou menos central no campo dos estudos feministas. Essa recusa do separatismo, ligada a um desejo de ser portadora de um discurso de vocação universal (não sexuada) permite introduzir certos debates e problemáticas no seio das disciplinas, mas freia a consolidação de um campo autônomo para os estudos feministas.

De fato, a criação e a manutenção de novos diplomas dependem do empenho pessoal de professoras que conseguiram chegar a um lugar hierárquico dominante. Essa característica torna os estudos feministas muito dependentes dos projetos pessoais das docentes. As aposentadorias, as promoções, as transferências de uma universidade para outra mudam as condições de existência do setor Estudos Feministas.

As estudantes, a oferta e a procura, o problema dos diplomas

Essa flutuação do grau de empenho institucional das mulheres docentes em estudos feministas também tem repercussões na procura estudantil. Na falta de um movimento feminista que se exprima fortemente no plano político, por uma espécie de movimento de retorno é a oferta de ensino que tende a determinar a demanda estudantil⁵. Neste período de crise muito especialmente, as estudantes, para se lançarem em estudos que não são diretamente rentáveis, têm que sentir que podem se apoiar em um *lobby* feminista suficientemente forte para criar perspectivas de emprego ou de financiamento de pesquisa. As professoras que, elas mesmas, tiveram dificuldades para impor os estudos feministas no campo universitário e portanto, às vezes, para assegurar sua própria carreira permanecendo engajadas nesse campo, atualmente não parecem estar envolvidas o suficiente para garantir essa continuação dos estudos e assim manter a própria continuação do que fizeram.

Mas o problema do recrutamento de estudantes e da continuação coloca antes de mais nada a questão da transmissão entre as gerações. Como nos anos anteriores, os estudos feministas são tributários da imagem do feminismo, imagem ambígua e contraditória. Essa ambigüidade fica bem ressaltada nas matérias opcionais que representam para os estudantes de ambos os sexos um engajamento mínimo: a imagem do feminismo dos anos 70 é amplamente rejeitada como imagem dos excessos e da guerra dos sexos. A época já não está mais para os engajamentos militantes, mas antes para as interrogações matizadas. Diante disso, encontramos muitas vezes em situações sem saída: recusar a representação de uma evolução das relações

⁵ ZAIMMAN, Claude. Etudes sur les Femmes: comment concilier science et féminisme? *Pour* 108, 1986.

entre os sexos em que as “conquistas” tornariam caduca a idéia de dominação masculina traz o risco de nos lançar para o lado de uma versão miserabilista, uma representação vitimizada das mulheres, pouco adequada para mobilizar energias. Já o contrário, valorizar o feminino e o maternal, numa época em que se assiste a um retorno à família fortemente incentivado pela política governamental, não permite que as mulheres rompam com as problemáticas oficiais de “concliação entre vida familiar e vida profissional”.

Avaliação provisória

Não tendo se constituído como setores autônomos, os estudos feministas se caracterizam por uma fragilidade institucional muito grande, apesar de seu amplo desenvolvimento ao nível das pesquisas e seu impacto no campo científico.

As contradições inerentes aos estudos feministas desde sua criação e em todos os lugares onde se desenvolvem permanecem muito vivas e deveriam ser discutidas: como desenvolver em uma instituição como a universidade, que funciona sobre princípios de hierarquia, competição, elitismo, uma reflexão cuja fonte é um movimento social que põe em causa fundamentalmente esses princípios?⁶ A crítica das relações de poder desenvolvida no movimento das mulheres já não encontra lugar nos cursos feministas instituídos. Existe então o perigo de passar da crítica radical das instituições, dos anos 70, a uma reivindicação de partilha do poder em proveito de um *lobby* feminino, nos anos 90.

Atualmente a Europa é o horizonte de todos os debates e projetos. Em certo sentido a dimensão européia conforta o processo de institucionalização, constituindo-nos como parceira. Mas pode ser também que ela reforce o corte entre as “especialistas” européias e a existência real das mulheres dos diversos países.

⁶ Ver por exemplo THORNE, Barrie. Contradictions and a Glympse of Utopia: daily life in a university women's studies program. *Women's Studies Int. Quart*, 1978, Pergamon Press